



Processo nº047/2022

Pregão Presencial nº 018/2022

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Caciقة Doble, RS, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 111/2017, de 14 de Fevereiro de 2017;

Considerando a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações legais, resolve:

01 – Autorizar a abertura do presente processo de licitação assim identificado:

a) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

b) Número: 018/2022

c) Objeto: O PRESENTE CERTAME TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM T.I. (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO), VISANDO O RESPECTIVO SUPORTE PRESENCIAL E ON-LINE, CONFORME AS DEMANDAS EXISTENTES EM TODOS OS DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

02 – Autorizar o empenho da despesa em dotação orçamentária específica prevista no orçamento municipal.

03 - SEC MUN. DA ADM

01 – SEC. E FUNDO MUN. DA ADM

2009 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS SECRETARIA DA ADM

339040 – Serviços Técnicos da inf. E Comunicação P.J.

Red: 12543 - Red. 12540

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
EM 13 DE JULHO DE 2022.

LUIZ ANGELO DEON,
Prefeito Municipal.

PARECER JURÍDICO

Os certames Licitatórios sob a modalidade de Pregão foram regulamentados pela Lei 10.520/2002, de 17 de julho de 2001.

No âmbito municipal a regulamentação ocorreu com o Decreto n. 111/2017, de 14 de fevereiro de 2017;

O valor do objeto a ser adquirido no presente certame não ultrapassa as previsões legais para a modalidade.

Nessa seara, existe o devido embasamento legal para a aquisição do objeto pretendido no certame pela modalidade de Pregão.

Pelo exposto, em razão do princípio da Legalidade ser atingido, não há óbice ao prosseguimento do referido processo na modalidade de pregão.

É o parecer.

Necessário ressaltar que o parecer jurídico é opinião do signatário não vinculando a administração pública e/ou seus administradores.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
EM 13 DE JULHO DE 2022.

SOMER IDEA,
Assessor Jurídico,
OAB/RS 60.821.

PROCESSO N° 047/2022

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2022

PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE T.I. NOS TERMOS A SEGUIR:

LUIZ ANGELO DEON, Prefeito Municipal De Cacique Doble, RS, no uso de suas atribuições legais e nos termos da **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, do Decreto n. 111/2017, de 14 de Fevereiro de 2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que no **DIA 28 DE JULHO DE 2022, ÀS 09H30MIN**, no setor de Licitações e Contratos, junto a Secretaria da Administração, localizado na Avenida Kaingang, 292, Centro, Cacique Doble, RS, se reunirão o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, a contratação especificada a seguir:

1. DO OBJETO

1. O presente certame tem como objeto a contratação de empresa especializada em T.I. (Tecnologia da Informação, visando o respectivo suporte presencial e on-line, conforme as demandas existentes em todos os departamentos do Poder Executivo Municipal, nos Termos a Seguir:

2. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu **representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.**

A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

2.1. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Para credenciamento os licitantes **deverão dispor da seguinte documentação**, que será apresentada **FORA DOS ENVELOPES**.

2.1.1. Cópia do Estatuto Social ou Contrato Social e alterações contratuais desde a última consolidação ou Declaração de firma individual;

2.1.2. Cópia dos documentos de eleição de seus administradores, quando se tratar de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

2.1.3. Cópia do ato de escolha da diretoria em exercício, quando se tratar de sociedade civil;

2.1.4. Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

2.1.5. Cópia do CNPJ, emitido pelo site da Receita Federal do Brasil

2.1.6. Cópia da Carteira de Identidade ou assemelhado (com validade jurídica) da pessoa física responsável pelo credenciado perante o Pregoeiro;

2.1.7. Carta Credencial, conforme modelo anexo II, podendo ser substituída pela procuração ou inexigível em caso do representante ser sócio proprietário;

2.1.8. Caso de pessoa jurídica que esteja representada por procurador, instrumento procuratório público ou particular de procuração, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil;

2.1.9. Declaração de que atende aos requisitos necessários para habilitação, bem como que aceita todas as exigências editalícias;

2.1.10. Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, devidamente assinada pelo Contador responsável, para os licitantes que buscarem as prerrogativas previstas na legislação para estas empresas.

3. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Credenciada a empresa nos termos do item anterior, em sessão aberta e pública, onde o pregoeiro inicialmente receberá os **envelopes de nº 01 - PROPOSTA e de nº 02 – DOCUMENTAÇÃO**, com as sugestivas indicações abaixo:

**AO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE-RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO),
CNPJ DA EMPRESA
TELEFONE
E-MAIL; e**

**AO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE-RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)
CNPJ DA EMPRESA
TELEFONE
E-MAIL;**

Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4. PROPOSTA DE PREÇO – Envelope n. 001

4.1. A proposta deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter VALOR UNITÁRIO E VALOR TOTAL DA PROPOSTA NOS TERMOS DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

4.2. Razão social da empresa;

4.3. Preço unitário: indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas todas as vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a contratação, **que correrão por conta da licitante vencedora.**

4.4. Prazo de validade da proposta de no mínimo **60 (SESSENTA) dias.**

4.5. O julgamento das propostas dar-se-á por **menor preço Global.**

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

5.2. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

5.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

5.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

5.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 5.3 e 5.4 dada a palavra à licitante, esta disporá de 30 segundos para apresentar nova proposta.

5.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate, sendo cada novo lance deverá conter importância inferior ao anterior, com o mínimo estabelecido pelo pregoeiro no momento do certame;

5.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes nos itens deste edital.

5.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

5.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

5.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

5.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço apresentado, analisará a questão de **MICRO ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE** caso algum dos licitantes faça este cadastramento. Presente a hipótese legal será dado seguimento nos termos da Legislação vigente;

5.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

5.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontarem qualquer dispositivo legal vigente ou não atenderem aos requisitos editalícios;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

5.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

5.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme constante neste edital. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do **ENVELOPE Nº 02**, os seguintes documentos:

6.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;

6.1.2. Declaração de idoneidade, afirmando expressamente que não foi declarado inidôneo para contratar com o Poder Público;

6.1.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Cópia da(s) carteira(s) de identidade(s) do(s) sócio(s) proprietário(s), podendo ser dispensada quando o sócio se fizer representar e entregar o documento no credenciamento.

obs.: No caso de haver dois ou mais sócios, as demais identificações devem ser apresentadas.

c) Alvará de localização emitido pelo respectivo município;

6.1.4. REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal na sede da empresa – Certidão Negativa Municipal;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual – Certidão de Situação Fiscal;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que contemple também a Prova de regularidade relativa à seguridade social;

d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho (CNDT);

6.1.5. REGULARIDADE FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Distribuidor da Comarca da sede da empresa, com emissão inferior a 30 dias;

6.1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Declaração/Certidão de Capacidade Técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, firmando que o licitante prestou ou presta serviços de Assistência Técnica em T.I. e que cumpriu/cumprirá com as obrigações assumidas;
- b) Indicação do profissional com formação em Segurança da Informação (junto com comprovante de especialização de nível superior na área - no mínimo pós-graduação), que será o responsável técnico pelos serviços contratados;
- c) Prova de vínculo do profissional indicado como responsável técnico, com a empresa licitante, caso não possua vínculo societário, deverá apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com o devido registro do empregado.
- d) Atestado de visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços do objeto deste termo, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades do local e condições estipuladas no edital, se inteirando de todas as condições e informações necessárias à confecção da proposta e execução dos serviços, expedido pela Secretaria da Administração do Município de Cacique Doble, até o prazo máximo de 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública, com agendamento no Setor de Licitações.
- e) Considerando o ITEM 2 a licitante deverá indicar um responsável técnico dos serviços, de segurança virtual, devendo conter no mínimo: treinamentos em Network Security Basic Administrator, CompTIA Security + 2, Ccna Cisco Cyberops 2, ITIL, Sistema Operacional Microsoft Windows Server, Kaspersky Antivírus, Gestão de Identidade e Acesso, Sistemas de Detecção e Prevenção de Intrusão, comprovando sua qualificação através de Certificado e/ou atestado de conclusão de cursos relacionados acima.

6.1.7. DAS MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- a) Para exercer os benefícios atinentes as empresa de pequeno porte e a microempresa (artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006), bem como as Cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (conforme disposto no art. 34 da Lei 11.488/2007), **deverão comprovar seu enquadramento em tal situação jurídica através de certidão expedida pela Junta Comercial (conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou por meio de declaração firmada por contador.**

OBS: A CERTIDÃO OU DECLARAÇÃO MENCIONADAS NO ITEM ANTERIOR DEVERÃO SER ENTREGUES JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS CADASTRAIS DA EMPRESA NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO.

- b) A não comprovação de enquadramento da empresa como ME ou EPP significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a comissão da aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, ao presente certame.

7. DA ADJUDICAÇÃO

7.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente na sessão pública do pregão a intenção de recorrer, esta terá o prazo legal para apresentação das razões de recurso.

8.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir do término do prazo da recorrente, *proporcionando-se a todas vista imediata do processo*.

8.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso.

8.5. Não havendo intenções de recursos, o (a) pregoeiro(a) poderá encaminhar o certame para homologação, pela autoridade competente.

9. DOS SERVIÇOS

9.1. O licitante vencedor deverá prestar os serviços no local indicado pela administração, por da secretaria competente.

9.2. Em caso de desconformidade com o objeto licitado, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital;

9.2.1. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue conforme acordado no respectivo termo contratual;

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente a da prestação dos serviços, mediante o envio da nota fiscal.

10.2. As despesas decorrentes do presente edital correrão à conta de dotação orçamentária própria.

03 - SEC MUN. DA ADM

01 – SEC. E FUNDO MUN. DA ADM

2009 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS SECRETARIA DA ADM

339040 – Serviços Técnicos da inf. E Comunicação P.J.

Red: 12543 - Red. 12540

10.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter:

a) Em local de fácil visualização, a indicação **do número do Pregão e do Contrato.**

11. DAS PENALIDADES

11.1 Pelo inadimplemento das obrigações, sejam na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 01 ano e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 20% sobre o valor do último lance ofertado;

d) executar o contrato com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 15% sobre o valor atualizado do contrato;

h) Causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

11.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

11.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Quaisquer impugnações, esclarecimentos de informações ou dúvidas de ordem técnica ou jurídica do edital, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito ao Município de Cacique Doble, RS, setor de Licitações e Contratos, sito na Avenida Kaingang, 292, Centro, Cacique Doble, RS, e-mail: licitacao@caciquedoble.rs.gov.br ou pelo Telefone (54) 3552-1244 no horário de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h00.

12.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão também encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de licitações.

12.3. Não sendo impugnadas questões até três dias anteriores a data de abertura, presumir-se-á pelos licitantes a aceitação integral do contido no presente edital.

12.4. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

12.5. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

12.6. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatórios poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração. O proponente que desejar autenticar os documentos na Secretaria da Administração do Município deverá efetuar antes do início dos trabalhos de abertura do certame.

12.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

12.8. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

12.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº. 8.666/93).

12.10. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico:

<https://www.caciquedoble.rs.gov.br/pg.php?area=PREGAOPRESENCIAL&ano=2022>

12.11. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Ouro/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação, com expressa renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

12.12. Integram este Pregão:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Termo de Credenciamento;
- Anexo III - Declaração de Idoneidade;
- Anexo IV - Modelo Declaração não emprega menor.
- Anexo V - Minuta do Contrato

Cacique Doble, RS, em 13 de julho de 2022.

LUIZ ANGELO DEON,
Prefeito Municipal

ANEXO - I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2022

Data de Abertura: 28 de julho de 2022
Hora: 09:30 (horário de Brasília)

1. DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Mensal	Valor TOTAL/ ANO
<p style="text-align: center;">1</p> <p style="text-align: center;">Suporte Técnico de TI</p>	<p>Suporte técnico especializado composta pelos itens descritos abaixo, incluindo suporte técnico presencial com tempo máximo para atendimento presencial de até 30 minutos após a abertura do chamado e a solução do problema, caso seja atribuída aos equipamentos, deverá ser alcançada em no máximo 24 horas corridas após a abertura do chamado.</p> <p>PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRINCIPALMENTE PARA SERVIÇOS DE:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Administração de Rede Lan/Wan;b) Administração de Segmentação de rede Vlans.c) Administração rede VPN;d) Administração VPN entre Centro Administrativo e demais secretarias;e) Administração de Servidores Físicos e Virtualizados;f) Administração de réplica de virtualização;g) Administração de Servidor Active Directory;h) Administração Servidor de antivírus;i) Administração de servidor de E-Sus;j) Administração de serviço SSO (Single sign-on);k) Administração de gestão de identidade de acesso;l) Administração de demais servidores de gestão ERP;m) Monitoramento da rede em tempo real, para detecção de ataques em tempo real;n) Administração IDS/IPS;o) Administração de rotinas de Backup/Recovery;p) Instalações e configuração de software/programa de computadores, que permitam um melhor aproveitamento dos equipamentos;q) Instalações e configuração de software, aplicativos e utilitários que o Município venha adquirir para uso dos mesmos;r) Manutenção física dos equipamentos como: limpeza interior dos computadores e equipamentos de informática, visando a maior durabilidade dos mesmos;s) Verificação da integridade de armazenamento dos equipamentos;		

	<p>t) Demais atividades de suporte técnico envolvendo TI, instalações e configurações;</p> <p>u) Rotinas de análise para prevenção de problemas.</p> <p>v) Auxiliar nas demandas para adequação da LGPD.</p> <p>w) independente e sem prejuízo a solicitações de atendimentos <i>in loco</i>, por meio dos chamados, a contratada deverá dar suporte técnico presencial ao menos um dia por semana;</p> <p>A troca de peças com defeitos necessários para a manutenção preventiva e assistência, devem ser informadas e cobradas à parte, e neste caso apenas será admitido a utilização de peças e componentes novos e originais, de acordo com equipamento.</p>		
<p style="text-align: center;">2 LOCAÇÃO DE FIREWALL</p>	<p>a) Locação de 01 (um) Firewall Appliance</p> <p>O dispositivo de segurança perimetral de rede corporativa deve atender as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Firewall de próxima geração (NGFW) certificado pela ICSA Labs, não sendo aceita plataforma opensource; • Interface de gerenciamento web na nuvem e mobile app (Android / iOS); • Recurso de detecção de ameaças integrado no próprio appliance; • Recurso de Gateway antivírus com motor desenvolvido/mantido pelo próprio fabricante (não de terceiros); • Recurso de filtragem web baseado em URL e categorias (mínimo de 85 cat.) atualizado periodicamente de forma automática pelo fabricante; • Recurso de Sandbox na cloud do fabricante; • Recurso sistema de prevenção de intrusão (IPS) com base em assinaturas e risco, atualizado periodicamente de forma automática pelo fabricante; • Recurso de AntiSpam (Checagem de IP, Checksum, Phishing, filtro de arquivos, lista de bloqueados e permitidos) monitorando protocolos POP, IMAP e SMTP; • Recurso de filtragem de aplicativos baseado em assinaturas e risco; • Recurso de WAF (Firewall de aplicação Web); • Recebimento de atualizações de inteligência/segurança via Push ou agendada fornecida diretamente pelo fabricante; • Recurso de SSO (Single Sign-On) via integração de AD; • Recurso de política disclaimer; • Recurso de QoS; • Recurso de VPN Web (SSL), VPN Site-to-Site (IPSEC), Site-to-Client (IPSEC); • Mecanismo de proteção contra negação e serviço (DoS) com regras personalizáveis; 		

	<ul style="list-style-type: none"> • Firewall Throughput no mínimo 2.5 Gbps; • IPsec VPN Throughput no mínimo 90 Mbps; • IPS/IDS Throughput no mínimo 350 Mbps; • Novas sessões (TCP) – 21.000; • Políticas de Firewall – 5.000; • Capacidade de trabalhar com VLAN e Agregação de links (802.3ad); • Capacidade de armazenamento de logs no próprio dispositivo e na cloud do fabricante; • Capacidade de filtragem de pacotes criptografados (DPI); • Capacidade de realizar filtragem/controle por endereço IP, MAC, Geo-IP e ou usuários; • Capacidade de trabalhar com no mínimo 05 virtual domains; • Capacidade de trabalhar com no mínimo 500 Tokens para dupla autenticação; • Capacidade de trabalhar com alta disponibilidade (HA): Ativo/Ativo, Ativo/Passivo, Clustering; • Total de 8 portas físicas (RJ-45); • 01 Porta USB; <p>OBS: O licitante vencedor deve realizar toda a configuração, instalação e manutenção ou troca do objeto, sem custos adicionais ao município.</p>		
	VALOR TOTAL MENSAL	R\$	
	VALOR TOTAL ANUAL	R\$	

2. JUSTIFICATIVA

O presente certame tem por objetivo a contratação de empresa especializada em suporte/manutenção de equipamentos de T.I. notoriamente, indispensável para o desenvolvimentos dos trabalhos nas repartições públicas. Por tanto, seria extremamente imprudente, não contar com assistência técnica especializada.

Outro ponto de suma importância é a questão de segurança virtual, o município estará licitando um FIREWALL, que é um dispositivo de segurança da rede que monitora o tráfego de rede de entrada e saída e decide permitir ou bloquear tráfegos específicos de acordo com um conjunto definido de regras de segurança, ele colocam uma barreira entre redes internas protegidas e controladas que podem ser redes externas confiáveis ou não, como a Internet.

Considerando as demandas atuais em segurança, principalmente após a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), seria imprudente se o município não tomasse precauções a respeito, além de eventuais atos de crimes cibernéticos poderem causar enormes prejuízos aos cofres públicos, desta forma, a contratação se justifica pela necessidade e interesse público.

Considerando ainda que a empresa que disponibilizar o FIREWALL deverá realizar a manutenção do equipamento, configurá-lo ou trocá-lo em caso de necessidade, considerando que os serviços têm similaridade entre os itens, optou-se por fazer o julgamento

do processo em caráter global, devendo os licitantes cotarem individualmente, dessa forma possibilitando possíveis ajustes, rescisões e/ou reequilíbrio conforme necessário.

3. O licitante contratando deverá manter relatórios dos atendimentos, colocando à disposição sistema de consulta dos mesmos, onde os gestores municipais poderão verificar os serviços prestados e as respectivas resoluções.

4. **Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (SESSENTA) dias.**

5. O licitante vencedor do item 2 deverá disponibilizar o item no prazo máximo de 15 dias.

6. O julgamento das propostas dar-se-á por **menor valor Global**.

6.1. O licitante deve cotar o valor dos itens individualmente, para melhor, se necessário ajustar futuro termo contratual, aditivando, revogando ou suprimento parcialmente, caso necessário e de interesse público.

7. O licitante deverá assinar o termo contratual em até 05 (cinco) dias após ser convocado para isso, tendo prazo de vigência de 12 meses, com possível renovação nos termos legais.

Cacique Doble, 13 de julho de 2022.

**LUIZ ANGELO DEON,
Prefeito Municipal.**

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ao Município de Cacique Doble

A/C Pregoeiro

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal da Empresa , vem pela presente, informar que o Sr....., inscrito no RG sob o nº , CPF residente e domiciliado na Rua..... é a pessoa designada para acompanhar os trabalhos de abertura dos envelopes “1” e “2”, da referida licitação, podendo para tal, assumir todas as responsabilidades advindas desse evento, tais como rubricar propostas e documentos, apresentar reclamações, impugnações, recursos e assinar atas, inclusive renunciar ao direito de recurso ou reivindicá-lo.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de _____

Obs.: Dispensável caso sócio proprietário compareça à sessão pública, ou substituível por procuração com poderes para atuar no respectivo processo.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa _____ **não foi Declarada inidônea para licitar** ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

_____, de _____ de _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE

A empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, por intermediário de seu representante
legal o(a) Senhor(a) _____, portador da
carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para o
fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os
maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____

Contrato nº .../2022

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Kaingang, 292, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 87.613.600/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LUIZ ANGELO DEON**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade;

CONTRATADO (A): ...

As partes acima identificadas, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e no Processo **Pregão Presencial nº 018/2022**, celebram o presente contrato, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. DO OBJETO

O presente termo tem como objeto a contratação de empresa especializada em T.I. (Tecnologia da Informação, visando o respectivo suporte presencial e on-line, conforme as demandas existentes em todos os departamentos do Poder Executivo Municipal, e ainda nas especificações a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Mensal	Valor TOTAL/ ANO

CLÁUSULA 2 – PREÇO

2.1 – O preço total a ser pago pelo MUNICÍPIO, referente ao objeto descrito na Cláusula Primeira é de R\$...

CLÁUSULA 3 - DO PRAZO PARA SERVIÇO:

3.1. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá iniciar a prestação de serviços de forma imediata ou conforme solicitação da administração municipal.

CLÁUSULA 4 – FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado até o quinto dia útil do mês subsequente da prestação de serviços.

CLÁUSULA 5 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar da ata de assinatura deste termo contratual, podendo ser prorrogado nos termos legais.

CLÁUSULA 6 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1. As despesas decorrentes da execução da presente correrá à conta de dotações orçamentárias próprias.

03 - SEC MUN. DA ADM

01 – SEC. E FUNDO MUN. DA ADM

2009 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS SECRETARIA DA ADM

339040 – Serviços Técnicos da inf. E Comunicação P.J.

Red: 12543 - Red. 12540

CLÁUSULA 7 – DOS RECURSOS

7.1. A presente licitação é decorrente de recursos próprios do orçamento municipal.

CLÁUSULA 8 – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

8.1. A **CONTRATADA** é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

8.2. A **CONTRATADA**, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

CLÁUSULA 9 – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DOS DIREITOS:

9.1.1. Do **CONTRATANTE**: receber o serviço segundo forma e condições ajustadas;

9.1.2. Da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES:

9.2.1. DO CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento do valor ajustado;
- b) fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando a **CONTRATADA** qualquer irregularidade, para que possa saná-la;
- e) Atuará como fiscal a senhora Luciane de Fátima Cagnini.

9.2.2 – DA CONTRATADA:

- a) prestar os serviços na forma ajustada;
- b) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contato, quando houver;
- d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) cumprir os prazos estabelecidos neste termo e no respectivo certame.
- f) disponibilizar relatórios dos atendimentos realizados atualizados e dispor de sistema para consulta dos mesmos.

CLÁUSULA 10 – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA 11 – DA RESCISÃO

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.2 – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA 12 – SANÇÕES E MULTAS

12.1 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis, garantido o direito de ampla defesa:

12.2 - Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

12.3 - Multa: no caso de negligência e/ou reincidência de irregularidades, já advertidas, nos serviços, será aplicada multa de 2.000,00 (dois mil reais).

12.4 - multa de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) por dia de atraso, limitado esta a 60 dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

12.5 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

12.6 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador de serviço em virtude de penalidade e / ou inadimplência no fornecimento.

Observação: As penalidades não serão executadas somente em caso de justificativa das negligências, apresentada no prazo de 1 (um) dia e devidamente aceitas pelo Município.

12.7 - As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízos das comunicações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA 13 – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 – O presente contrato admite termos aditivos para eventuais alterações, respeitando a Lei 8.666/93 que rege as licitações e contratos.

CLÁUSULA 14 – RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber.

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, sem que sejam obrigados a responder por ônus ou prejuízos resultantes.

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.2 - A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, sem prejuízo às multas aplicadas.

14.3 - Considera-se rescindido, automaticamente, o contrato nas hipóteses de declaração de idoneidade e suspensão do direito de contratar.

CLÁUSULA 15 - VINCULAÇÃO AO EDITAL

15. Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA 16 – DA PUBLICAÇÃO

16. O presente contrato será publicado, por extrato, no saguão da Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA 17 – ESCLARECIMENTOS E CONSULTAS

17.1 – As consultas e esclarecimentos deverão ser feitas por escrito e registradas em protocolo geral, e sua resposta será obtida da mesma forma.

CLÁUSULA 18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Aplicam-se, no que couber os art. 77, 78, 79, 80, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, para todos os efeitos legais.

18.2 - Durante toda a execução do Contrato, a CONTRATADA se obriga a manter todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

CLÁUSULA 19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 – Somente poderão assinar documentos, apresentar reclamações, acordar ou alterar, em quaisquer condições, os representantes signatários deste termo, por si ou através de instrumento de procuração na forma da Lei, que deverá ficar fazendo parte integrante do processo licitatório que gerou este contrato.

19.2 – Será competente para dirimir controvérsias o Foro de São José do Ouro, não podendo ser indicado outro, por mais privilegiado que possa ser.

Este contrato é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas instrumentais na forma da legislação em vigor, para que surta seus jurídicos e reais efeitos.

Cacique Doble, XX de XXXXXXXXX de 2022.

MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE
Luiz Angelo Deon - Prefeito

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

TESTEMUNHAS:
